

BRASIL: UMA NAÇÃO ÓRFÃ

*Ricardo Bergamini**

Guerra Civil ocorre quando a Nação não mais se reconhece em seu Estado.

Enquanto Estado designa a organização de uma comunidade, a idéia de nação exprime essa comunidade em si mesma, cuja unidade é vivida, reconhecida pelas consciências, fora mesmo da ordem que o Estado aí faz reinar.

A pátria é, etimologicamente, a “pátria terra”, terra dos pais, esse lugar da terra onde nascemos. A pátria é um valor, certamente. Mas é preciso não sacrificar a esse valor outros valores também preciosos. Não nos fiemos no nacionalismo, caricatura do verdadeiro patriotismo. Não exijamos, em nome do patriotismo, que nossa pátria oprima injustamente os mais frágeis, sejam internos ou externos. Existem valores de justiça, de verdade, que são valores universais e que transcendem a todas as pátrias.

Nenhuma das figuras supracitadas é suficiente para criar uma nação. A nação repousa, antes de tudo, sobre a vontade de seus membros, sobre sua consciência e seu desejo de formar uma nação. Foi o que disse Renan em uma página célebre:

“Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, verdadeiramente, não são mais que uma constituem essa alma... Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a posse comum de um rico legado de lembranças, a outra é o sentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebemos indivisa. Possuir glórias comuns no passado, uma vanta-

de comum no presente, haver realizado grandes coisas em conjunto, querer realizar mais ainda, eis as condições essenciais que formam um povo.”

Os árabes, por exemplo, possuem um sentimento muito intenso de sua comunidade e formavam, de qualquer modo, uma nação desde os tempos em que eram nômades.

Os Estados Unidos tomaram consciência de si mesmos e surgiram como nação na guerra de independência contra a Inglaterra.

Nação é imutável. Estado é mutável.

Vamos aproveitar o momento de grave crise econômica, política, social e institucional que está vivendo o Brasil para iniciarmos um movimento tendo em vista a construção de uma nação brasileira. Para isso, temos de abandonar definitivamente essa nossa visão míope corporativista de grupos, falanges e patotas. Além de ser fundamental abandonarmos também nossa visão mesquinha apenas do pecuniário e de vaidades pessoais (títulos, cargos e patentes). Vamos doar nosso saber e conhecimento para esse movimento, sem nada pedir em troca.

Vamos dar o primeiro passo, mesmo sabendo que seremos humilhados e desprezados em um país onde historicamente sempre foi considerado crime criticar o “Big Brother” (Estado brasileiro) autoritário, ditatorial, falido, perdulário e corrupto.

CONFISSÕES

*José Luiz Sávio Costa***

Resumo: Ter diploma de curso feito no FBI e fazer discursos de louvor político ao atual Presidente não dignificam, por si só, o Diretor da ABIN.

* O autor é professor de economia.

** O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior e Consultor em Inteligência.

O Serviço de Informações é o apanágio dos nobres. Quando entregue a outros, desmorona.

(Coronel Valter Nicolai, Chefe de Informações do Exército alemão na Primeira Guerra Mundial)

Confesso que uma das coisas que sempre temi foi ver inexpertos com o direito ao exercício de uma atividade especializada e sensível. De uns tempos para cá, tornou-se hábito tal concessão aos integrantes das chefias e assessorias de alto nível das atividades de Inteligência e Contra-inteligência. O motivo era e é o mesmo a partir dos governos Collor, FHC e Lula: os que anteriormente exerciam essas atividades tinham a “boca torta”. Era uma metáfora que designava o hábito de ver as coisas pelo prisma adquirido no passado, na época da “ditadura cívico-militar”.

Ora, todos ou quase todos os que exerciam tais atividades, se especializados, tinham seus estudos realizados em cursos de Inteligência Militar (Curso de Inteligência do CEP ou na Escola Nacional de Inteligência – EsNI, após 1972).

Ainda que os requisitos de confiança e lealdade sejam imprescindíveis para essas funções, eles, por si sós, não eliminam as necessidades de experiência e o domínio das técnicas de processamento no ciclo de produção do conhecimento necessários às atividades de Inteligência e Contra-inteligência. Nem se fale da imperiosa necessidade desses atributos e dos demais nas operações de Inteligência, executadas por pessoal especializado e adestrado na utilização de técnicas operacionais nas ações de busca.

O rótulo era um nítido desvio dos preceitos que dignificam os militares e bem ao estilo do caráter dos que se alçavam às funções de Alta Chefia nesse ramo, para o qual não tinham a mínima experiência, ainda que, em alguns casos, os designados fossem bons profissionais em suas atividades normais. A maioria dessas personagens aderentes ao Poder, por carreiris-

mo ou dúbio caráter, viveu nos corredores dos gabinetes presidenciais e ministeriais, no período dos governos cívicos-militares e, por hábito, adaptou-se aos novos ares com todas as suas mazelas, até mesmo as de novo sabor ideológico mescladas com uma antipatia inopinada pelos seus companheiros de outrora.

Não foram poucos os que exerceram funções de comando, chefia e assessorias nas áreas da Presidência da República e dos ministérios militares e civis, durante e logo após os “anos de chumbo”.

Nunca argüiram contra atos de seus antigos comandantes, chefes e companheiros que agora condenam, em suas omissões quase diárias, por covardia e interesse. Oportunistas e matreiros convivem à sombra do Poder, usufruindo as benesses de seus cargos e silenciando diante das ofensas que são lançadas contra as Forças Armadas e seus companheiros do passado, cumpridores da legislação e das ordens de garantia da lei e da ordem.

Confesso que não me surpreende certas atitudes de alguns que por aí perambulam, com ou sem bastão de comando, ávidos em aparecer e dar mancadas.

Nem me surpreende o intercâmbio com a Inteligência cubana, chinesa, coreana ou lá qual seja, pois aí a diretriz será sempre de quem é o chefe e sabe ou pensa saber mais – o cidadão cubano-brasileiro –, segundo suas próprias palavras: o Comandante Daniel ou Zé do Carçoço.

Confesso que esse problema de indícios e evidências de ligações com as FARC e outras organizações do gênero existem há tempo, e o Foro de São Paulo apenas consolidou o fato que contatos já indicavam em Porto Alegre, RS; Florianópolis, SC; Ribeirão Preto, SP; Belém, PA; Tabatinga, AM; Foz do Iguaçu e Medianeira, no Paraná; e pelas vias de organizações tais como a Tricontinental e a OCIAE, com sede em Havana. Isso para não nos aprofundarmos mais. Por sinal, bastaria uma conversa

séria com o pessoal de certas organizações criminosas ligadas ao narcotráfico no Rio de Janeiro, RJ, e São Paulo, SP...

Não me surpreendeu o vazamento ocorrido na ABIN, nem ficarei surpreso pela autenticidade dos documentos e a continuidade de fatos dessa natureza.

“Quem nunca comeu melado quando come se lambuza.”

Ter diploma de curso feito em órgão policial federal norte-americano, o FBI, não é ter especialização na atividade de Inteligência. Da mesma forma que fazer discursos de louvor político ao atual Presidente, almejando sua continuidade no Governo, não dignifica o Diretor da ABIN, servidor de um órgão do Estado democrático de direito e não do Governo atual.

Espero que as idas à Cuba do atual diretor da ABIN lhe permitam vislumbrar como o pessoal do Departamento América – DA, sob a direção do Comitê Central do Partido Comunista Cubano, e do Departamento Geral de Inteligência – DGI, subordinado ao Ministério do Interior mantinham e mantêm os contatos com as organizações terroristas latino-americanas, como é o caso da FPMR (Frente Patriótica Manuel Rodríguez) e do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) chilenos, e de outros países extracontinentais, tais como o ETA (sigla em língua basca para Euzkadi Ta Azkatasuna, Pátria Basca e Liberdade) e o IRA (Irish Republican Army ou Exército Republicano Irlandês), organizações velhas conhecidas, para não falarmos de contatos com o narcotráfico, via FARC ou não.

Um conselho: não procure saber como ocorre a vigilância sobre agentes de serviços estrangeiros na terra de Fidel. É um trabalho hercúleo, pois além destes os cubanos têm de vigiar seus compatriotas que querem sair da ilha.

Sobre o passado, os cubanos não tecerão considerações sobre Manuel Piñero Losada, então Chefe do DA, falecido, e o Comandante

Fermin, aliás Fernando Revello Renedo, coronel das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e membro do Departamento América (órgão de Inteligência do Comitê Central PC de Cuba) que, exercendo funções diplomáticas na atualidade, cooptaram certos militantes da ALN e de outras organizações revolucionárias brasileiras, como agentes e para execução de ações nos “anos de chumbo”. Alguns, hoje, andam faceiros e serelepes por aí.

Por certo ouvirá falar de Marta Harnecker, viúva de Manuel Piñero Losada, mentora ideológica do Foro de São Paulo, do MST e de vários outros militantes brasileiros seus conhecidos. Ela escreveu mais de meia centena de livros, e o seu livro sobre o marxismo, *Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico*, foi fonte de orientação para várias gerações de alienados estudantes esquerdistas latino-americanos.

Hoje, Marta Harnecker dirige, em Cuba, o Centro de Recuperação e Difusão da Memória Histórica do Movimento Popular Latino-americano. O Centro é, na realidade, um órgão de orientação político-ideológica para as ONG que atuam na seara da “sociedade civil organizada”, integrando o novo “bloco histórico”, em oposição às classes dominantes na visão gramsciana. Marta Harnecker vive em Havana desde 1974, onde casou-se com o lendário Manuel “Barbaroja” Piñero Losada, falecido em 1998, e o grande articulador dos movimentos guerrilheiros latino-americanos, entre os quais os “rodriguistas” da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) e os “miristas” do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que ornaram e ornaram nossas prisões, sendo visitados por ilustres membros da cúpula do PT.

Por sinal, a senhora Marta Harnecker andou por essas bandas. A ABIN sabia? Claro, devem ter assistido suas aulas e entrevistas.

Quanto ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, solicito encarecidamente que emudeça, fale menos e não procure demons-

trar conhecimento numa área que seus cursos só trataram de aspectos da esfera militar. Nada é melhor nessa área que vivência e discricção.

Tratar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MLST e outros movimentos ou organizações que atuam sistematicamente ao arripio da lei, como se fossem movimentos sociais normais, é descurar as possíveis conseqüências em cenários de crise e conflito, mesmo que esses movimentos tenham, em seus diferentes níveis de direção (federal, estadual e municipal), notórias ligações com partidos da coligação governista e outros partidos radicais, ainda que legais.

Deixar baderneiros, ladrões e infratores da lei soltos por aí é um convite à antecipação de medidas de garantia da lei e da ordem. Quanto aos que perambulam no círculo do Poder não me cabe apurar, para sorte de alguns.

Transcrito de MídiaSemMáscara em 18.4.2005

DENUNCIISMO E DEGRADAÇÃO DO DIREITO

*Dalmo de Abreu Dallari**

Homens e mulheres devem trabalhar juntos para garantir o respeito à dignidade e a prioridade do desenvolvimento humano. Mas o subterrâneo da legalidade deve ser repudiado.

A denúncia da prática de ilegalidades por uma autoridade pública é um fato grave, mais grave ainda quando se trata de uma autoridade superior, que deve agir com a máxima responsabilidade, pela repercussão jurídica e social de seus atos. Por tudo isso, a denúncia de ilegalidade não pode e não deve ser feita com leviandade, sem que o denunciante assuma a

responsabilidade pelas acusações. Uma denúncia leviana sempre deixa suspeitas quanto aos seus objetivos e deve ser repudiada, para que não produza os efeitos ilegais e imorais pretendidos pelos que a fazem. Essas breves considerações foram sugeridas por vários fatos que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos tempos. Denúncias têm sido feitas com escândalo, pretendendo aparentar preocupação com a legalidade, mas com tanta inconsistência que fica evidente serem inspiradas numa falsa e hipócrita defesa do direito e do bem público. Não seria absurdo imaginar que há o propósito de comprometer a imagem de instituições e autoridades, para semear o descrédito no direito e nas instituições jurídicas e abrir caminho para aventuras antidemocráticas.

Na seqüência de inovações positivas, ocorridas no Brasil com o fim da ditadura militar, o povo brasileiro elegeu um operário para a Presidência da República, dentro da mais absoluta normalidade democrática e constitucional, mas os preconceituosos e os tradicionais “donos do poder” ainda não se conformaram com isso, o que explica alguns episódios de falso moralismo e falsa preocupação com o respeito às normas jurídicas, que foram manchetes recentemente. Assim, por exemplo, noticiouse, com grande escândalo, que o Presidente da República, numa conversa informal com uma alta autoridade, soube que nas privatizações efetuadas durante o governo Fernando Henrique houve corrupção, tendo agora o Presidente recomendado que não se levantasse esse tema pela imprensa, o que, para os oportunistas do moralismo, estaria caracterizando o crime de improbidade, justificando até a cassação de seu mandato. Por mais esforço que se faça, não há como caracterizar aí um ato de improbidade do Presidente e não custa lembrar que a ocorrência de corrupção naqueles episódios foi referida pela imprensa e chegou a ser objeto de pedido de uma CPI, que os do-

* O autor é jurista.

nos do poder trataram de sepultar. Por que a imprensa não foi agora aos próprios arquivos e não restabeleceu a memória de fatos precisos que foram então noticiados? Por que a hipocrisia de sugerir a prática de crime pelo atual Presidente por não falar sobre a possível prática de corrupção no passado, silenciando quanto a esse passado?

Nessa mesma linha, uma revista de grande circulação publicou, com escândalo, as declarações atribuídas a um agente policial, segundo o qual um grupo de guerrilha estrangeiro teria planejado dar dinheiro para a campanha eleitoral do atual Presidente da República. Antes de mais nada, o denunciante que vendeu a notícia à revista diz estar transmitindo informações classificadas como sigilosas obtidas no exercício de suas funções públicas. Se esse personagem existe, ele é desonesto e pratica um crime, vendendo a um órgão de imprensa informações que ele mesmo diz serem produto de investigação policial sigilosa. A par disso, é mais do que lógico que as declarações de um tal personagem, feitas atrás do biombo do anonimato, não podem servir de base a um procedimento jurídico, tanto pelo anonimato quanto por não merecerem o mínimo crédito informações oriundas de uma situação imoral e ilegal.

O brasileiro deve ficar atento e repudiar esse denunciamento, que, na melhor das hipóteses, é mal explicado e mal fundamentado. A restauração democrática, a implantação do Estado de Direito, a adoção de uma Constituição inspirada no humanismo, na liberdade e na justiça, tudo isso é extraordinariamente importante e não pode admitir retrocessos. Tudo foi conquista do brasileiro e deve ser por ele defendido. Para ser coerente com essas conquistas, o povo deve fazer-se presente, criticando o governo e as autoridades, quando entender que não está sendo atendido o interesse público, e participando ativamente do governo, por meio de

organizações da sociedade. Sem qualquer espécie de discriminação, homens e mulheres devem trabalhar juntos, com espírito de justiça e solidariedade, para garantir o respeito à dignidade e a prioridade do desenvolvimento humano. Mas, sejam quais forem os desafios, o subterrâneo da legalidade deve ser repudiado. As instituições jurídicas podem ser aperfeiçoadas, mas é indispensável que sejam preservadas, para que não prevaleçam a violência e a corrupção.

DESINFORMAÇÃO – UMA REFLEXÃO SOBRE A ÉTICA JORNALÍSTICA

*Carlos Alberto Reis Lima**

Resumo: Quando a sociedade não reconhece mais crimes e criminosos confessos, quando a sociedade não puder mais diferenciar uns e outros, eis chegada a hora da vitória do jornalista neutro: seu lado ganhou, a desinformação valeu a pena!

Dos episódios recentes depois da morte de Yasser Arafat, um terrorista pranteado por multidões, um dos mais notáveis, sem dúvida, foi o comportamento da imprensa. Como paradigma desse comportamento, quero lembrar o que ocorreu com um repórter da BBC que, diante das cenas do funeral de um dos maiores terroristas do nosso tempo, disse não poder conter as lágrimas que não sabia de onde vinham! Esse fenômeno psicossocial é tão importante que exige uma análise, ainda que breve.

Felizmente, eu não sou jornalista. A verdade para mim é uma matéria objetiva na medida em que os fatos que a apontam são suficientes, isto é, apenas eles são essenciais à minha compreensão do que seja verdadeiro ou falso. Não

* O autor é médico neurologista, formado em História e Ciência Política na UFRGS em nível de Mestrado – Artigo transcrito de MidiaSemMáscara)

fiquei triste vendo o enterro do Arafat; confesso até que gostei, me sentindo aliviado; imaginei os israelenses sentindo o mesmo! Isso está de acordo com os meus sentimentos. Eu tenho um lado e não preciso dissimular isso racionalizando o meu comportamento, porque meus argumentos se baseiam mais nos fatos (e nos valores que eles evocam ou violam) do que nas consequências e nas conveniências de sua revelação.

Entretanto, vejam o dilema de um jornalista que não pode parecer suspeito, ou parecer ter um *partipris*. Comigo não há nada disso. À verdade, costumo dar um tratamento diferenciado, sabidamente não neutro. Não tenho nada a esconder. Se isso serve para retoricamente persuadir os meus adversários com as minhas idéias, tanto melhor; se a verdade assim apurada serve para me assegurar da certeza das minhas idéias, tanto melhor; no máximo estarei errado, e longe de mim estará a má-fé, a transmutação de todos os valores.

O mesmo não pode acontecer com esse jornalista da BBC. Ele poderá ter dificuldades de hoje em diante para mostrar a realidade “neutra” do conflito do Oriente Médio porque à mínima lembrança de Yasser Arafat, associará a sua morte o novo valor pelo qual chorou, isto é, admitirá em si a possibilidade do crime ser permitido, o terror ser assimilado, a destruição ser incorporada a estratégias válidas para a consecução de objetivos políticos e ideológicos. Estando preso à necessidade de fingir uma neutralidade jornalística, por tal não hesitará em mentir, distorcer, omitir, selecionar, editar a verdade objetiva. Para apaziguar a sua consciência, pois, afinal, ele sabe que mente – imbuir-se-á de uma causa, munir-se-á de uma fé. Por fim, ele conscientemente continuará dizendo-se neutro – e quase todos se dizem neutros. Por que eles sinceramente se dizem neutros? É o que importa perguntar e investigar.

Outro exemplo. Quando vejo na mídia uma vítima e seu algoz, ou um seqüestrado e seu dego-

lador, eu logo me emociono e tomo o partido da vítima; me aproximo dela e me afasto do algoz ou do carrasco, reagindo assim solidária e humanitariamente por força da educação e da formação que tive. Sempre fui assim. Por outro lado, isso nada me custa – conto com apoio esmagador das pessoas normais e com parcela também gigantesca daquelas para as quais não há confusão entre quem é vítima e quem é bandido. Já o jornalista moderno, coitado, tem de permanecer equidistante – assim lhe ensinou a “neutralidade” –, porque isso é parte fundamental do *bias*. Depois de muito exercitar esse hábito orwelliano de negar a verdade que teima em se mostrar diante dos seus olhos, para atingir a “neutralidade” de um magistrado e assim “balancear a informação”, ele é capaz de permanecer equânime, equidistante de um Bin Laden e suas vítimas nas Torres; de Arafat e de suas vítimas em algum ônibus escolar israelense. Se ele assiste às cenas horríveis de decapitação protagonizadas por terroristas islâmicos, fleugmaticamente indaga-se se os assassinos não tinham razões para tal ato. Se ele escreve uma coluna, deixa sempre espaço para o “contraponto”, para um “mas”, um “porém”, garantias de sua neutralidade. Se entrevista o algoz e sua vítima, é capaz de perguntar com voz imperturbável o que o algoz está achando de tudo isso; o que ele sente, como se sente, se ele quer “dialogar”; ele chama isso de “jornalismo democrático”. A vítima e seus familiares, aterrorizados por essa injustiça neutra e por essa democracia impiedosa perdem todas as esperanças! E de neutralidade em neutralidade a banalização do crime e do terror progride e a causa comuno-globalista avança.

Para o jornalista adestrado, para o qual as consequências e as conveniências são muito mais importantes do que a verdade e os valores violados, terrorista nem sempre é terrorista, degolador nem sempre é degolador. Chamem um mediador, diz ele! Procurem um contraponto! Não deixem as vítimas ou seus advogados fala-

rem sozinhas! Assim, populações inteiras de consumidores de notícias *tendenciosas* são ensinadas a pensar e a se comportar. Relativizado o conceito de vítima e de terrorista, já não percebem mais a diferença disso. Essa praga moderna, criada pela mídia globalizada, chama-se desinformação, e sua ferramenta diária, desinformação.

Talvez uma das principais vítimas da praga filosófica desse relativismo moral (além da sociedade, é óbvio!) seja o nosso amigo jornalista. Ele já nem percebe mais para quem trabalha e que causa defende. A notícia inconveniente de que a ONU tinha terroristas do Hamas na sua folha de pagamento é por ele tratada com negação, porque produz nele tamanha dissonância cognitiva que ele sofre realmente. Quando alguém revela que Saddam Hussein mandava US\$ 25 mil dólares de dinheiro da ONU para as famílias dos homens-bombas do Jihad, ele passa mal e muda de assunto; lembra-se do Kofi Anan e de suas negociações, e não quer nem ouvir falar daqueles norte-americanos abelhudos no Iraque. Volta a lembrar-se deles quando alguma criança inadvertidamente morre em um combate contra terroristas. Quando seu relativismo moral, consciente ou não, de boa fé ou não, alia-se a preocupações de ordem pessoal, salarial, ou à manutenção do emprego, aí, então morre rapidamente a verdade, e vence logo a versão mais cômoda! Por que não? Essa versão é mais do agrado do *establishment*. Talvez, este recompense mais o seu comportamento. O negócio é construir dessa maneira um pensar majoritário, coerente e firme, e ficar sempre do lado dele! Essa é a sua nova missão na Terra.

E o dilema que nasce, então, com as palavras? Como soletrar e escrever a palavra “terrorista” nesse quadro, meu Deus? É melhor dizer militante, rebelde, insurgente, descontente, incomodado. Quando o terror é um comportamento coletivo, a expressão mais adequada, mais politicamente correta, talvez seja: “movimento social”, “povo unido” (que jamais

será vencido!), “manifestantes”, “populares enraivecidos” etc. Por isso, é norma nas agências de notícias e nos jornais – na Reuters, na BBC, no *Guardians*, por exemplo, suprimir a palavra terrorista. E, pasmem, até no site oficial de 1999 sobre terrorismo da Biblioteca do Congresso norte-mericano (1999, não à toa, tempos de Bill Clinton!), Yasser Arafat não aparece como terrorista! Jimmy Carter não gostaria de ver o nome do seu colega “estadista” no rol dos terroristas mais bem-sucedidos do século XX, não é mesmo?! Mas quando não é possível esconder o fato terrorista e por trás dele um *serial-killer* de massa, dada a enormidade da verdade, o jornalista adestrado ainda consegue um jeito de introduzir um “suposto atentado terrorista”! Pronto, o “suposto” resolve a questão e, de quebra, ainda dá uma canja para as agendas socialistas, anti-americanas e anti-sionistas porque, afinal, é isso mesmo que ele está querendo, e é disso que eu estou tratando. Em suma, ele glamoriza o crime e o terror! Chama a tudo de “violência”, não crime, como se não houvesse crime, nem terror! Com isso, ajuda a sumir com o crime e o terror da face do mundo. É uma espécie de filosofia de avestruz, como os militares uruguaios que, proibidos de mencionar os tupamaros, diziam no seu lugar: Inomináveis! Mas que funciona, funciona!

Com algum treinamento, um jornalista amestrado é capaz de se convencer e convencer os seus leitores e ouvintes que o comunismo acabou mesmo; que os crimes, nos últimos dez anos de socialismo brasileiro, estão diminuindo e não aumentando; que a nossa segurança nunca foi tão boa; que as CPIs já não são tão necessárias assim, e assim por diante. E também lá fora, desde que o alvo seja os Estados Unidos ou Israel, e a questão seja a supremacia do modo de vida socialista sobre o “capitalismo”, ou os “direitos” do povo palestino e de seus agentes terroristas de matar israelenses (lhes negando ao mesmo tempo a legítima defesa), vale tudo para

enganar o ilustre telespectador que, do outro lado do mundo, vê milhares de pessoas chorando por um assassino e logo quer chorar também em solidariedade comovente!

Esse *bias* está ficando intolerável. Ele é tão descarado que nos permite pensar que não pode durar muito, por ser ridículo! É como a sociedade de George Orwell: de tão absurda, não inspira esperança em uma vida longa! É uma mentira sem pernas! Mas que diabos, mentir é o que mais sabem fazer os totalitários e amantes de todos os totalitários e, principalmente, seus agentes a soldo: os profissionais midiáticos da “desinformatia”!

Nunca deixo de citar as SS alemãs que ostentavam o *totenkampf*, a marca da caveira, nos seus uniformes, como exemplo do mal que nem se esconde mais. No exterior ou na Alemanha, os diplomatas SS, e os *attachés* militares SS, ostentando um símbolo da morte, prometiam nas embaixadas a paz com o ar mais solene. Como aquele logotipo da morte não inspiraria temor no mundo? Mas não inspirou. Quando o fez, já era tarde demais. Como os alemães não desconfiaram? Estavam anestesiados! Estavam goebbelizados!

Estamos próximos disso! Quando a sociedade não reconhece mais crimes e criminosos confessos, assumidos; terroristas notórios com seus métodos sanguinários e cruéis, como a decapitação pública, por exemplo – prova insofismável da maldade intrínseca de quem os comete, e não de quem os combate. Quando a sociedade não puder mais diferenciar uns e outros, eis chegada a hora da vitória do jornalista neutro: seu lado ganhou, a desinformação valeu a pena! Então não fará mais diferença se o nosso presidente é um desastrado; se os governos são incompetentes; se os comunistas derrotados das décadas de 1960 e de 1970 estão todos no poder e nas redações, conferindo-se indenizações milionárias; não importará mais se Yasser Arafat matou milhares e envenenou

milhões com seu ódio de psicopata. Para os agentes da transformação, nada é mais importante que a sua contribuição para o Estado e o coletivismo!

Por isso, talvez seja mais importante para o *establishment* eu não aparecer na CBN! Não que eu seja grande coisa. É que alguém melhor do que eu, mais informado do que eu, mais importante do que eu, pode vir a público e dizer tudo isso e de forma melhor, mais clara, para muitos brasileiros. O que seria então de uma imprensa que jura que o rei não está nu; que silencia diante dos crimes dos seus heróis Che Guevara, Fidel Castro, Saddam Hussein, Yasser Arafat, e que acredita e propaga que o Bush é o ogro do mundo?

Aqui estão as “7 Violações da Objetividade Midiática” que definem a desinformação segundo o site HonestReporting:

1. Definições e terminologia enganadoras.
2. Registros desequilibrados.
3. Opiniões disfarçadas de notícias.
4. Falta de contexto.
5. Omissão seletiva.
6. Uso de fatos verdadeiros para extração de conclusões falsas.
7. Distorção dos fatos.

BRASIL QUER TRANSFORMAR-SE NA FAZENDA DO MUNDO

*Laurence Caramel**

O gigante sul-americano sonha com a perspectiva de desbancar os Estados Unidos e a União Europeia no mercado de produtos agrícolas.

Aí na França, a sua camiseta e o seu aparelho de televisão já são chineses. Quando você acredita estar telefonando para uma agência perto da sua casa para reservar uma passagem

* Correspondente do *Le Monde*.

de avião, ou para pedir conselho ao centro de manutenção do seu provedor de Internet, é possível que o seu interlocutor esteja de fato a milhares de quilômetros de distância, possivelmente numa central de *telemarketing* na Índia.

Amanhã, o frango assado que estará no seu prato e o açúcar que você acrescentará no seu café têm fortes chances de serem brasileiros.

Isso não é nenhuma profecia esdrúxula, mas, sim, uma probabilidade muito séria que o Brasil está se esforçando para concretizar com muita energia.

Os especialistas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Cnuced) acabam de validar isso recentemente, afirmando que este país – o quinto maior do planeta pela sua superfície – poderia pretender dentro de dez anos tornar-se o principal produtor agrícola mundial.

Embora o Brasil ainda esteja um nanico no plano do comércio internacional, participando apenas de 1% dos negócios, as suas realizações no campo da agricultura são desde já impressionantes: primeiro produtor e exportador mundial de açúcar, de café, de suco de laranja, primeiro exportador mundial de tabaco, de carne bovina e de frango, e segundo exportador de soja.

No total, ele sobe para o terceiro degrau do pódio, atrás dos Estados Unidos e da União Européia. As suas exportações foram multiplicadas por dois, no decorrer dos últimos quatro anos.

Elas se destinam a atender os seus novos clientes, entre os quais a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul. Essa revolução em profundidade da agricultura brasileira foi iniciada há cerca de dez anos, quando os seus dirigentes optaram por liberalizar o setor e por orientar as suas atividades para os grandes mercados de exportação.

Para tanto, foi adotado um modelo de alto desempenho, constituído por grandes planta-

ções de vários milhares de hectares, por uma mecanização aprimorada e uma pesquisa agrônômica pública de grande qualidade, a qual foi colocada a serviço do setor privado.

A tudo isso, é preciso acrescentar ainda o custo pouco elevado da mão-de-obra, o preço reduzido e a disponibilidade das terras. Por fim, houve as desvalorizações sucessivas do real, próprias para dopar um pouco mais as exportações dos produtos brasileiros.

Fica fácil, então, entender por que este país se mostra tão agressivo na esfera da Organização Mundial do Comércio (OMC), com objetivo de obter uma liberalização dos intercâmbios agrícolas e o fim das subvenções que vêm sendo praticadas em doses maciças por europeus e norte-americanos para proteger os seus produtores.

No caso do açúcar – razão de europeus terem sido condenados em abril pela OMC –, os produtores brasileiros são capazes de reduzir os preços, pela metade no mercado internacional.

Ao ascender ao poder, em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva entendeu, prontamente, que cometeria um erro gravíssimo, caso entrasse em confronto com o poderoso setor do agronegócio.

Isso, mesmo em nome da justiça social e do acesso à terra, que vinham sendo defendidos desde sempre pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do qual ele é oriundo, e que é uma espécie de parceiro de luta do Movimento dos Sem-Terra (MST). Não se mata assim a galinha dos ovos de ouro!

“Eu reconheço que eu estava preocupado quando Lula foi eleito”, admite hoje Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag). “Mas eu estava equivocada. Apesar de ele não ter recebido uma educação completa, ele tem um bom senso fantástico.”

Este “bom senso” de Lula se resume, para o ano de 2004, a um número: US\$ 34 bilhões

UMA CRISE NO HORIZONTE DE RORAIMA

Vasconcelo Quadros

Documento da Abin avalia que criação de reserva indígena atenta contra soberania nacional e pode criar conflito com Forças Armadas.

BRASÍLIA – A homologação em terra contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, revoltou o meio militar e pode provocar a primeira crise de fundo entre o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as Forças Armadas. Um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) chegou a prever uma reação militar e alertou o Governo de que a homologação dos 1,747 milhão de hectares, numa faixa despovoada, atenta contra a soberania nacional. Os militares acham que, por trás da suposta defesa dos índios e escondidos sob a fachada de ONGs, estão grupos e países interessados nas riquezas minerais existentes no subsolo das reservas indígenas localizadas na fronteira norte do país.

Produzido pelo Coronel Gelio Augusto Barbosa Fregapani, chefe do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM), lotado na Abin, em Brasília, o documento chegou ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General Jorge Félix, com a tarja de secreto e previu as manifestações que resultaram, em Roraima, no seqüestro dos policiais federais, na aldeia Flexal. Seu diferencial em relação a outros relatórios do gênero é o fato de recolocar o conflito sob a visão militar e abordar, sem rodeios, que da forma proposta – retirando comunidades e produtores de arroz –, a homologação cria um vazio demográfico, atenta contra a soberania e esconde a cobiça pelas mais ricas jazidas de minério do planeta.

O subsolo das áreas indígenas situadas em toda a fronteira norte guarda o maior veio de

ouro do mundo, uma grande jazida de diamantes e uma riqueza ainda incalculável em minerais estratégicos, o uso nuclear e importantes para as indústrias espacial, bélica e de informática.

“É evidente o interesse estrangeiro na demarcação contínua”, escreve o Coronel Fregapani, no documento que leva o título de Relatório de Situação, produzido em março deste ano, ao qual o Estado teve acesso com exclusividade. Durante vários meses que antecederam a publicação da portaria que definiu a homologação da reserva, assinada por Lula e pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Coronel andou pela região, tomou depoimentos e conheceu em detalhes a realidade da Raposa Serra do Sol. A região é guarnecida por sessenta homens do Pelotão Especial de Fronteira, cuja instalação chegou a ser combatida pelas ONGs e índios a favor da área contínua.

O relatório também faz referência à falta de ação articulada entre os órgãos públicos e questiona a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), que estaria agindo em conjunto com as ONGs internacionais.

Segundo o Coronel, as ONGs estrangeiras chegaram a bancar financeiramente o trabalho de demarcação de áreas indígenas em território brasileiro. O relatório cita os rizicultores gaúchos ao lado dos índios contra a homologação como a mais forte presença brasileira numa área despovoada, grande parte é fronteira seca com a Venezuela e a Guiana. O oficial da Abin acertou ao prever “fortes reações da sociedade local e dos próprios índios”, caracterizadas pelas manifestações em Boa Vista, o bloqueio de rodovias dentro e fora da reserva e o seqüestro dos quatro policiais.

Um dos capítulos do relatório é “as ONGs estrangeiras e a Funai contribuem para um indesejável conflito em Roraima, tentando forçar a demarcação contínua ao arrepio da ética, mesmo contra a opinião da maioria dos próprios índios, aliás, já bastante aculturados”.

ONGs SÃO FACHADA PARA PAÍSES RICOS, DIZ RELATÓRIO

Causas ambientais e indigenistas seriam pretexto para que nações dominantes fujam ao controle do Estado.

BRASÍLIA – O relatório da Abin diz que chega a 115 o número de organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia Ocidental e levanta suspeitas sobre os reais interesses dessas entidades. “Muitas vezes, a serviço de outras nações, valorizam o mapeamento detalhado das riquezas minerais, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da região, sem o devido controle governamental”, diz o relatório do Coronel Gelio Fregapani.

“Tudo indica que os problemas ambientais e indigenistas são apenas pretextos. Que as principais ONGs são, na realidade, peças do grande jogo em que se empenham os países hegemônicos, para manter e ampliar sua dominação”, alerta o texto. “Certamente, servem de cobertura para seus serviços secretos.”

De acordo com o documento, as ONGs contribuíram para a criação de extensas terras indígenas, áreas de proteção ambiental e corredores ecológicos que, atualmente, “sem dúvida alguma, dificultam e inibem a presença do Estado e (aplicação) dos programas de políticas públicas para a região”. O documento ressalta que a falta de controle reforça a suspeita de que as ONGs sejam utilizadas pelos

países desenvolvidos para controlar os países emergentes e a riqueza de vastos territórios.

A Abin chama os movimentos ambientalistas de Clube das Ilhas e os classifica em três setores: um elabora as diretrizes gerais, outro planeja as operações e um terceiro, a chamada linha de frente, realiza a ação direta como uma “tropa de choque”. No topo, estão a União Nacional para a Conservação da Natureza (UINC) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), orientado pelo Príncipe Charles, do Reino Unido, que teria entre seus dirigentes o banqueiro Joseph Safra.

Na área da reserva ianomâmi, colada à Raposa Serra do Sol, uma das ONGs com maior influência, segundo a Abin, é a Survival International (SI), cujo roteiro de atuação foi criado pelo Príncipe Philip, também do Reino Unido. A ONG internacional mais estruturada seria o grupo Greenpeace. As ações mais radicais seriam executadas pelo Greenpeace e Amigos da Terra.

Segundo a Abin, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica, principal defensor da “autonomia e da autodeterminação dos indígenas”, teria recebido, entre 1992 e 1994, US\$ 85 milhões da Fundação Nacional para a Democracia, dos Estados Unidos, mantida pelo Governo e dirigida pelo Congresso norte-americano.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo*,
em 8 de maio de 2005.